EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A Constituição Federal, no art. 1º e no *caput* do art. 170, consagra a livre iniciativa como um dos princípios fundamentais da ordem econômica e atribui à iniciativa privada o papel primordial na produção ou na circulação de bens ou serviços. A liberdade de iniciativa envolve a liberdade de indústria e comércio.

Embora a bebida alcoólica seja nociva à saúde, se consumida de forma indevida, não é item banido, sequer controlado no comércio, à exceção da sua venda para menores. Portanto sua venda é livre.

O empresário, por seu turno, o dono do posto de combustível em particular, não tem poder de polícia que lhe dê capacidade de apreender a bebida que eventualmente estiver sendo consumida nas dependências daquele estabelecimento, tarefa essa sim de responsabilidade da autoridade municipal, quiçá a do trânsito, a quem cumpre coibir a conjugação do ato de dirigir com o consumo de bebida alcoólica.

Portanto, em caso de haver punição, é necessário que seja dirigida ao autor da infração e não ao posto de combustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.996, de 19 de junho de 2006, uma vez que o estabelecimento comercial vende produto lícito e, repito, não tem a capacidade nem o poder de proibir o cidadão de, logo após a compra, consumir em casa, na rua ou, quem sabe, nas suas próprias dependências. O que cabe ao posto de combustível, sim, é a afixação dos cartazes determinada na referida Lei, item que não será alterado por este Projeto, remanescendo inclusive a multa ao estabelecimento que descumprir a tarefa educativa.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2013.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN

PROJETO DE LEI

Inclui parágrafo único no art. 3º e altera o art. 4º da Lei nº 9.996, de 19 de junho de 2006, determinando a aplicação de sanções às pessoas que consumirem bebidas alcoólicas nas áreas de domínio comum de postos de gasolina.

Art. 1º Fica incluído parágrafo único no art. 3º da Lei nº 9.996, de 19 de junho de 2006, conforme segue:

“Art. 3º

Parágrafo único. Regulamentação desta Lei estabelecerá as sanções referidas no art. 4º e definirá o órgão responsável pela sua aplicação e fiscalização.” (NR)

Art. 2º Fica alterado o art. 4º da Lei nº 9.996, de 2006, conforme segue:

“Art. 4º Ficam as pessoas que consumirem bebidas alcoólicas nas áreas de domínio comum de postos de gasolina sujeitas a sanções.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.